

Sarney veta equiparação de aposentados e ativos

Josemar Gonçalves



O presidente José Sarney pediu ontem às lideranças políticas do Governo — os deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço e os senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha — que não permitam, hoje, a aprovação do capítulo referente à Previdência Social, na forma como foi votado no primeiro turno.

O Presidente da República está convencido de que a equiparação dos vencimentos dos aposentados aos ganhos dos funcionários ativos será de graves conseqüências para o País, forçando um aumento da contribuição, de assalariados e de empresários, da ordem de 60%.

Quem disse isso foi o deputado José Lourenço, depois de reunir-se, ele e as demais lideranças do Governo, com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, ontem de manhã.

O Presidente da República recomendou às suas lideranças políticas que redobrem os seus esforços procurando as demais lideranças da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de modificar o texto relativo à Previdência Social, aprovado durante o primeiro turno de votação.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, ficou encarregado de, ontem mesmo, procurar o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, já para iniciar as negociações sobre a questão dos aposentados.



José Lourenço foi incumbido por Sarney de negociar o benefício aos aposentados

Equiparação

Ele deverá conversar também com o senador Almir Gabriel, autor da emenda de equiparação dos vencimentos dos aposentados e dos funcionários em atividade, dentro do esforço recomendado pelo Governo de não permitir a aprovação da matéria.

O presidente José Sarney fez ontem, juntamente com os líderes do Governo, uma "profunda" avaliação, segundo o deputado José Lourenço, do que foi aprova-

do até o momento pela Assembléia Nacional Constituinte.

Eles se detiveram com maior atenção no título da Ordem Social e, mais especificamente, no capítulo referente à Previdência: "Vamos conversar com os constituintes porque, se isso perdurar (a equiparação) os aumentos das contribuições por parte dos segurados e das empresas será algo impressionante", de acordo com o líder do PFL na Câmara dos Deputados.

Dois turnos vão a decisão hoje

Mesmo com a falta de acordo entre as lideranças o deputado Ulysses Guimarães, pretende colocar em votação, hoje o sistema de dois turnos nas eleições municipais deste ano (em municípios com mais de 200 mil eleitores) e nas de governadores e presidente da República. A matéria deveria ter sido apreciada no último sábado, mas com a ameaça do PFL de obstruir o esforço concentrado, o presidente preferiu adiar a votação.

O PDT vai se aliar ao PFL para tentar suprimir do texto permanente a adoção do princípio do segundo turno nas eleições majoritárias. Já o PMDB espera contar com os votos do PT, PCB, PSB, e PC do B para garantir os dois turnos, inclusive nas eleições municipais de novembro próximo: "O resultado é imprevisível", avisou o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim.

Durante toda a semana passada as lideranças partidárias perseguiram, em vão negociar o pedido do PFL de votar, nas Disposições Transitórias, emenda prevendo a não aplicação do segundo turno no pleito municipal deste ano. A pretensão dos pefelistas foi aceita pelo PMDB e PT (apesar de votarem contra), mas esbarrou no PSDB, que não admitiu conceder este direito.

Sangue e Previdência
O plenário começa a votação, hoje, com os dispositivos da Previdência Social, entre eles os limites de aposentadoria e a concessão de salário mínimo dos deficientes físicos. Sem acordo, a Constituinte decidirá sobre a proibição da comercialização do sangue e derivados por parte da iniciativa privada. Ontem à noite, durante reunião de líderes, o deputado José Lins (PFL-CE) propôs a substituição da expressão "vedado todo tipo de comercialização" por "considerado crime grave todo tipo de especulação comercial", além do acréscimo de um parágrafo que prevê a exigência de concessão do Poder Público para todas as atividades ligadas ao sangue. A proposta dividiu os líderes.

Votação agora também à noite

Com o objetivo de concluir as votações de segundo turno da Constituinte até quinta-feira, o deputado Ulysses Guimarães ampliou o esforço concentrado que está sendo feito desde a semana passada, convocando o plenário para sessões noturnas a partir de hoje. Falta ainda apreciar 365 destaques e, segundo o presidente da Assembléia as seis sessões que estão marcadas — manhã e tarde — seriam insuficientes para a conclusão dos trabalhos "ainda esta semana".

Ulysses apelou para que os parlamentares evitassem desperdícios de tempo, comparecendo ao plenário nas horas marcadas para o início da sessão — às 9h00 e às 15h30. Com isso, explicou, "ganhamos" o tempo equivalente a quase duas sessões, já que os atrasos e o tempo gasto na verificação de quorum chegam, às vezes, a mais de duas horas. Os constituintes ficaram habituados a comparecer ao plenário somente após a chegada de Ulysses, e isso impossibilita que a mesa evite a verificação eletrônica de quorum.

A adoção de sessões noturnas é, na verdade, apenas uma medida de segurança, pois diariamente de segurança, pois diariamente mais da metade dos destaques apresentados aos artigos votados não entra na pauta de votação, por retirada, reunião de emendas e ausência do autor ou por rejeição de matéria idêntica. Assim, a média de apreciação destaques por dia é de 90. Ulysses, porém, faz seus cálculos em cima de totalidade dos destaques apresentados. Para ele a média de destaques a serem eliminados por sessão é de 30, o que representa a conclusão os trabalhos até quinta-feira.

Previdência gastará 18% a mais

As alterações promovidas pela Constituinte na Previdência e Assistência Social, com a criação do sistema de seguridade social bastante mais amplo, trará um impacto financeiro, no próximo ano, de pelo menos 18% e, em 1990, de no mínimo 30,80%. Isto não significa, no entanto, aumento sobre a contribuição direta sobre salários e folhas de pagamento, uma vez que estão previstas novas fontes de financiamento para o sistema, que deverão, basicamente, atingir lucros e faturamento das empresas. No entanto, dentro do espírito da futura Constituição, deverá cair o limite de contribuição, hoje fixado em 20 salários mínimos, de modo a que cada assalariado desconte proporcionalmente ao total de seus ganhos, como forma de redistribuição de renda, fazendo com que quem ganhe menos também tenha contribuições menores, inclusive proporcionalmente ao salário.

As estimativas foram feitas por técnicos do Ministério da Previdência e Assistência Social, levando em consideração apenas as variáveis já conhecidas ou que permitem mensuração, deixando de lado fatores que dependem diretamente da conjuntura econômica e da evolução da mão-de-obra. Além disso, as inovações da Constituinte somente passarão a ter efeito sobre o sistema financeiro da Previdência Social depois de sete meses da promulgação da Constituição, quando deverá estar regulamentada por lei a atualização valor dos benefícios que deverão corresponder, em número de salários mínimos, ao que o beneficiário recebia na época da aposentadoria, por tempo de ser-

viço ou por invalidez.

Regulamentação

Este será o primeiro impacto, que deverá entrar em vigor já no primeiro semestre do próximo ano. O novo perfil da Previdência, transformada em sistema de seguridade social, assumindo funções nas áreas de assistência social, assistência médica e seguro social, no entanto, vai requerer ampla regulamentação legal, que deverá ter projeto elaborado seis meses após a promulgação da nova Constituição, com outros seis meses para aprovação. Em relação ao seguro social, as normas constitucionais deverão submeter-se à regulamentação dos novos planos de custeio e de benefícios, compatibilizando os custos decorrentes das novas medidas e os recursos necessários à sua implementação.

As disposições transitórias determinam que "os projetos relativos à organização da seguridade social e aos novos planos de custeio e de benefícios serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los" e, em parágrafo único, fixa que "aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos doze meses seguintes, o que dá um prazo de um ano a 30 meses para sua implementação, que só deverá ocorrer ao final de 1990 ou início de 1991. A atualização dos benefícios, de modo a equiparar as pensões ao que representavam na época da aposentadoria, será possível sem alterações, pois serão custeados pelo Finsocial, que também sofrerá alterações, mas provocará aumento de despesa,

neste item, de 18%.

Benefícios rurais

A estimativa técnica é de que a elevação dos pisos aplicada também aos benefícios rurais já em manutenção deverá acarretar um aumento de despesa de 19,06% nos gastos com benefícios. Caso atinja somente os urbanos, este acréscimo será de 3,10%. A duplicação dos valores (hoje 50% do salário mínimo) aumentaria em 5,3% as despesas deste item. O abono anual, que deixará de ser a média dos 12 meses do ano para corresponder à renda mensal de dezembro, trará um acréscimo, neste item, de 3,1% nas despesas. A licença-gestante de 120 dias aumentará os custos deste benefício em 0,5%, enquanto que a licença-paternidade de oito dias traria um dispêndio extra de 2,3%.

Em termos globais, os cálculos acima realizados representariam acréscimos de 18% nas despesas com benefícios em 1989 e de, no máximo 30,3%, quando da aplicação dos demais dispositivos cujos efeitos financeiros puderam ser avaliados, o que poderá concretizar-se a partir de 1990", segundo levantamento do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Foi impossível estabelecer estimativa confiável para itens como a equivalência dos anos de benefícios urbano e rural (fora pensão), antecipação da idade limite para concessão de aposentadoria por velhice para os trabalhadores rurais e proporcionalidade facultada às mulheres para efeito de aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos de comprovada atividade profissional, entre outros. (Murilo Murça)

Há erro nos números do Governo

Josemar Gonçalves



Sant'Anna nega preocupação

cita balanço que teria sido encaminhado a ele pelo ex-ministro Renato Archer, prevendo aumento de 48% nas despesas, e diz que para o Ministério do Planejamento esse cálculo sobe a 70%.

"O que o Governo quer é que se obtenha um rigoroso balanço entre despesa e receita", diz Carlos Sant'Anna, citando dois casos de "despesas insuportáveis": os benefícios para os deficientes físicos e para os idosos, que corresponderiam a despesas adicionais — segundo ele — de 6 bilhões de dólares e 2 e 3 bilhões de dólares, respectivamente. O percentual sobre o PIS que seria transferido para a seguridade, segundo ainda Sant'Anna, garantiria soma aproximada de 1 bilhão e 200 milhões de cruzados, muito aquém destes e de outros benefícios assegurados no projeto da nova Carta. O senador Almir Gabriel diz

que os cálculos sobre benefícios a deficientes e idosos "estariam corretos" se a proposta inicial não tivesse sofrido alterações no 2º turno, entre as quais a que estabelece que deficientes e idosos têm que comprovar incapacidade pessoal ou familiar de se sustentar. Com isso, os números citados por Sant'Anna reduzem-se a 113 bilhões de cruzados, mas a discrepância maior se verifica em relação à avaliação global de custos com todas as novas medidas. Gabriel afirma que os custos calculados são de 160 bilhões e 210 bilhões de cruzados para o ano que vem, e de 1 trilhão de cruzados para os 30 meses seguintes à promulgação da Carta.

Adiamento

Estaria nos planos do Governo, para "atenuar" as reformas na Previdência, o adiamento, por um ano, do repasse dos recursos do Finsocial para a seguridade social. Almir Gabriel diz que é contra esse adiamento, porque "os argumentos apresentados pelo Ministério da Fazenda não me convencem", e se essa medida for tomada impedirá o pagamento da correção de aposentadorias. Mesmo assim, observa, a "economia" para o Tesouro, que usaria esse dinheiro para combater o déficit público, não seria significativa: da previsão atual de 400 bilhões de cruzados de arrecadação (números que também se chocam com os fornecidos por Sant'Anna), 260 bilhões já estão destinados, no Orçamento deste ano, à seguridade social, o que significa que o repasse a ser adiado seria de apenas 140 bilhões. (Gerson Menezes)

O Governo faz previsões totalmente desencontradas quanto ao custo das reformas introduzidas pela Constituinte na área da Previdência Social. Após o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, anunciar que o custo adicional dessas reformas "será de 70%" em relação às despesas atuais, o líder governista no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), garantiu que esses cálculos só poderão ser conhecidos com mais clareza "no início do ano que vem", enquanto o líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), se referiu a números que são frontalmente contestados pelo principal negociador do PMDB no capítulo da seguridade social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB) que participou com Lourenço, Derzi e Sant'Anna da reunião, chegou a estranhar as indagações dos repórteres quanto às "preocupações" do Governo em relação ao que está pendente na Constituinte, uma vez que essas preocupações, segundo garantiu, "não existem".

Sem exigências

Nem mesmo a questão da anistia a pequenos e médios empresários estaria preocupando, segundo a visão de algumas lideranças, pois o Governo já está convencido de que ela será derrubada no 2º turno. A questão pendente de maior relevância — capítulo da seguridade social — chega a provocar declarações iradas por parte do líder José Lourenço, um constante crítico de todas as administrações do PMDB na área da Previdência Social. Lourenço